

DEFESA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Título: A Participação Comunitária no cotidiano do serviço de saúde: reafirmação do direito da saúde como um direito de cidadania

Instituição: Hospital Sofia Feldman – Fundação de Assistência Integral à Saúde

Autoras: Ana Flavia Coelho Lopes e Érika da Silva Dittz

Resumo:

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, o que implica numa mudança radical ao modelo anterior que dissociava saúde do contexto social. A participação comunitária é um princípio do SUS, o qual estabelece uma nova relação com o Estado, visando garantir o direito à saúde, por meio do exercício de cidadania e do controle social. Essa participação esta legitimada nas leis orgânicas da saúde, 8.080 e 8.142, através da participação nos conselhos e conferencias de saúde. Destaca-se também como forma de participação comunitária e exercício do controle social, outras formas de participação não institucionalizadas e que se configuram em importantes espaços de escuta da população, entretanto essas vozes devem ser ouvidas e reconhecidas pelos profissionais e gestores da saúde, possibilitando transformações e reinvenções da realidade e do próprio controle social .

No Hospital Sofia Feldman, a comunidade tem participação ativa desde a sua criação, com envolvimento na mobilização para aquisição do terreno e construção do hospital e no cotidiano da assistência por meio da presença do acompanhante aos usuários. Posteriormente, a participação da comunidade ampliou-se com o desenvolvimento de projetos em parceria com a associação Comunitária de amigos e Usuários do HSF (ACAU/HSF) e Conselho Local de Saúde. Esses projetos possibilitam a permanência em período integral da comunidade na instituição, o que favorece o exercício do controle social e da gestão participativa e contribuindo para a humanização da assistência. Os projetos desenvolvidos são amiga da família, Doula Comunitária, Ouvidoria, Plantonista Social, Educador da CCIH.

O projeto amiga da família é composto por 14 voluntárias , mulheres da comunidade que já passaram pela experiência da maternidade, com a

presença de 24 horas na instituição. Suas principais atribuições estão relacionadas ao apoio à mulher/mãe e família durante sua permanência no hospital, orientando e incentivando o aleitamento materno. O projeto doula comunitária é composto por 28 voluntárias, mulheres da comunidade que já passaram pela experiência da maternidade, com a presença de 24 horas. Sua maior atuação é no apoio às mulheres em trabalho de parto e parto, oferecendo-lhes apoio emocional e físico, como segurar a mão da mulher, respirar com ela, prover encorajamento e tranquilidade. O projeto da ouvidoria é composto por 07 voluntários, presentes 07:00 as 19:00 horas, todos os dias na instituição, com a função de ouvir a usuária e seus familiares em suas demandas (reclamações, denúncias, sugestões e elogios). Participam diariamente, junto ao serviço social, da reunião de acompanhantes onde estes expressam a experiência da vivência do parto e nascimento, bem como suas percepções em relação aos serviços recebidos. O projeto do Plantonista social são voluntários presentes no Hospital, no período de 19:00 as 07:00 horas, diariamente, fazendo uma escuta das demandas de usuários e trabalhadores. Essas demandas são atendidas por eles ou encaminhadas para a Linha de Políticas Institucionais e ou Conselho Local de Saúde. O projeto do Educador da CCIH, são 7 voluntários da comunidade, presentes diariamente, durante 12 horas, com um apoio técnico da equipe da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar. Sua atribuição principal é orientar as usuárias e seus familiares sobre a importância da lavagem das mãos e outros cuidados na prevenção da infecção hospitalar.

A presença da comunidade no cotidiano da instituição, tanto no espaço da gestão quanto no da produção do cuidado, possibilita-lhes uma escuta constante das demandas dos usuários e trabalhadores que orientam a construção de propostas concretas para a melhoria das práticas de assistência e das condições de trabalho, transformando a realidade ao tornar possíveis coisas até então impensadas. Nesse sentido, pode-se afirmar que essa participação da comunidade assegura espaços efetivos para o exercício da democracia e do controle social com uma postura ativa e de não resignação desses sujeitos, permitindo reafirmar a saúde como um direito de cidadania.